

Condições da pesquisa em comunicação no Brasil

1 Observações introdutórias

DISCORRER sobre as condições da pesquisa em comunicação no Brasil, na área de comunicação, implica, em primeiro lugar explicitar algumas observações básicas e, que de certa forma, têm uma intenção metodológica no “guiar” a condução destes comentários.

A atividade da pesquisa de modo geral, e de modo específico nesta área, se constitui num conjunto de iniciativas de natureza pública que, ao longo dos anos vem se caracterizando como apoio às instituições e aos pesquisadores. Tal apoio se materializa através de agências e recursos públicos destinados a agentes e a organismos igualmente públicos que são os responsáveis pelas políticas e iniciativas em pesquisa no Brasil. Portanto, uma primeira hipótese: a pesquisa é francamente uma atividade pública no Brasil, seja pelos instrumentos, seja pelos incentivos, seja pela própria logística. Esta sistemática se operacionaliza basicamente através dos programas de pós graduação no País, hoje em número de 1.000, espalhados no País, mas com uma concentração no Sudeste.

Em segundo lugar, não existe praticamente entre nós uma cultura de cooperação entre universidade – empresa, salvo exceções pontuais. Mas há que reconhecer o embrião de algumas iniciativas. E, ao mesmo tempo, o fato de que as universidades já se preparam para este salto na medida em que nelas se desenvolve a chamada atividade de consultorias e de prestação de serviços.

Em terceiro lugar, não há uma tradição na iniciativa privada em investir, em pesquisa a médio e longo prazos, o que equivale dizer que a pesquisa de cenários e de prospecções imediatas são confiadas pelas empresas a institutos que trabalham grosso

Antônio Fausto Neto

Professor da Escola de Comunicações
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

modo com pesquisas e levantamentos de opinião pública.

Estas observações servem, pois, como um “ponto de esclarecimento” sobre o que se vai tratar na sequência desta comunicação.

É no âmbito dos programas de pós-graduação que foram e estão sendo titulados os principais quadros para o exercício da docência universitária; treinados pesquisadores; estruturados grupos de pesquisa; e, principalmente, sendo desenvolvida a atividade da pesquisa, na forma da atividade universitária e via natureza de prestação de serviços. Tais fatos nos levam a dizer que no Brasil a pesquisa se constitui numa atividade patrocinada e desenvolvida fundamentalmente, através do Estado mediante ações das agências e das universidades. Vale lembrar que há uma vinculação entre a pesquisa e a pós-graduação, motivando-se possivelmente uma canalização de recursos que são virtualmente destinados à pesquisa, para os programas de pós-graduação. Isso determina a emergência precoce de alguns programas de pós-graduação, na medida em que grupos de pesquisadores se motivam, com rapidez, para criação de novos cursos, com objetivo de ver assegurados recursos e estímulos para suas pesquisas. Talvez tenhamos aí uma inversão do processo, pois seria mais coerente que a pós-graduação resultasse do lastro dos grupos de pesquisadores. Queremos também enfatizar o papel, ainda que bastante embrionário, de algumas instituições privadas no apoio a programas de pesquisa. São experiências muito localizadas, mas, de certa forma, criativas e que devem ser consideradas como referências. Há casos mesmo de instituições que estimulam algumas linhas de trabalhos com as universidades, através, por exemplo, do financiamento de teses.

Algo deve ser dito sob a emergência de novas ações no âmbito das universidades que, de certa forma, apontam para novas possibilidades de institucionalização de novos fomentos para a pesquisa. Trata-se do conjunto de escritórios/ assessorias/ núcleos universitários de produção e de transferência de conhecimentos que vão se instalando nas

universidades públicas e privadas e que, na atualidade, já superam a casa da meia centena de unidades. O que fazem e a razão de existência destes escritórios? Grosso modo, são projetos criados nas universidades a partir do reconhecimento e da necessidade de se instituir novos protocolos de cooperação com instituições não universitárias, a partir dos quais os recursos humanos e técnicos da universidade são associados em projetos de consultorias e de prestação de serviços voltados para o sistema produtivo; as organizações não governamentais; fundações, etc. Este mecanismo é relativamente recente porque são mais agressivos e criativos do que os tradicionais serviços de extensão e os processos de prestação de serviços das fundações universitárias.

Por exemplo, os dados da CAPES sobre os cursos de pós-graduação da área informam claramente que uma das atividades que está em ascensão nos diferentes programas da área de comunicação, são consultorias e prestação de serviços. São expedientes que servem, de um lado, para captação de recursos, e por outro, para testagem de projetos, sem falar, necessariamente, das novas formas de interação entre núcleos de pesquisas e as instituições.

2 A pós-graduação como condição para pesquisa

A exemplo de um conjunto de outras áreas, o desenvolvimento da pesquisa no campo da comunicação acontece a reboque da própria estrutura da pós-graduação.

A pesquisa está condicionada ao funcionamento da pós-graduação. Não se estimulou solidamente a atividade da pesquisa, através de centros especializados e de financiamento pontuais. É uma particularidade brasileira. A atividade da pesquisa não foi estimulada enquanto tal, a partir da existência de um conjunto de experiências onde estavam aglutinados pesquisadores. Ela não serve como “condição de produção para a emergência da pós-graduação”. Pelo contrário: ela

vem a reboque dos cursos e é a partir deles que se passa a reconhecer o *status* da pesquisa – salvo naquelas honrosas exceções relacionadas com os institutos de pesquisas que eram mantidos pelo próprio Estado. Isso é apontado como deformação particular de todo o sistema: uma grande pressão para criação dos cursos de pós-graduação nas unidades universitárias, sem o que, os discentes se viam privados de estímulos para desenvolver a pesquisa.

As prioridades de Estado ao determinar as ênfases nas estratégias de formação e de capacitação de pessoa docente priorizam, conseqüentemente, a questão da escolaridade sobre a pesquisa, algo que também se reforça com as atribuições definidas pelo planejamento governamental ao passar para o MEC as funções normativas e financeiras referentes aos cursos de pós-graduação, deixando para responsabilidade das agências (CAPES, CNPq), a questão relativa ao fomento para programas e projetos de pesquisa.

A pós-graduação desenvolve-se voltada para uma grande preocupação de escolaridade, embora seus regimentos e estratégias estimem sempre a questão da formação do pesquisador, via suas respectivas áreas de concentração, linhas de pesquisa, produção de teses, etc. A pós-graduação opera como um dispositivo de produção da pesquisa. É verdade que esta dualidade de gerenciamentos tem uma repercussão profunda, na medida em que normalmente as políticas e recursos voltados para formação de recursos humanos – via preparação acadêmica e da pesquisa propriamente dita – caminham separadamente. Se de um lado, o sistema de apoio ao gerenciamento dos cursos de pós-graduação envolve compromissos estruturalmente mais estáveis, principalmente por parte do Estado e das universidades, por outro, os mecanismos de apoio à pesquisa ficaram, sempre, mais condicionados a uma relação mais direta entre as agências de fomento e aos próprios pesquisadores e às flutuações orçamentárias.

Esta desarticulação deu origem, por exemplo, a emergência de programas de pós-

graduação, cuja estruturação dependeu mais da capacidade empreendedora de algumas universidades – no caso, melhores preparadas para estes novos desafios – do que de uma efetiva disponibilidade de grupos de pesquisa com lastros que os credenciassem à abertura de cursos.

A institucionalização de uma cultura universitária voltada para a pesquisa é um fenômeno recente nas universidades e nelas se aloja de uma forma secundária, via iniciativas administradas pelos programas de pós-graduação. Conseqüentemente, isso gerou maniqueísmos na medida em que se estabeleceu uma divisão entre os centros acadêmicos dotados de mestrados e doutorados e aqueles outros que, à sua maneira, desenvolviam pesquisas, ainda que em caráter precário, sem contudo, gozarem do *status* de núcleos formais de pós-graduação.

3 O cenário da pesquisa em comunicação

A produção científica do campo da comunicação no Brasil passa, necessariamente, pelos seguintes dispositivos: investimentos públicos; instalação e funcionamento dos cursos de pós-graduação, hoje em número de 10 programas de mestrados e doutorado; o serviço de coordenação das agências de fomentos nacionais e estaduais; o crescente desenvolvimento das atividades editoriais, através de produções temáticas, revistas, etc; e, finalmente, o papel das entidades científicas, pelo trabalho de animação a eventos; grupos de trabalho; e mesmo à produção técnico-editorial.

O sistema de pós-graduação da área de comunicação é de onde procedem as principais atividades de produção científica deste campo. São, como dissemos, 10 programas instalados basicamente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, agregando uma massa de aproximadamente 250 professores, com titulação de mestrado e doutorado e um número superior a mil estudantes regularmente, inscritos.

O atrelamento da pesquisa à atividade da pós-graduação é um fenômeno que também perpassa o campo da comunicação. Possivelmente, tendo em vista a sua característica específica, pode-se imaginar que nesta, sem tal vinculação, não teria sido possível dar os primeiros passos de constituição do próprio sistema de pós-graduação da área, e, nem tão pouco se estruturar e se desenvolver empreendimentos voltados para pesquisa.

4 A situação da pesquisa na área da pós-graduação em comunicação

As atividades da pesquisa no campo da comunicação desenvolvem-se a partir dos anos 70, com a constituição do primeiro Programa de Mestrado na área, instalado na PUC/SP. Dois anos após, são criados os cursos de Mestrado na UFRJ e na USP. Ainda na década de 70, surgem os programas de Mestrado (74) da UNB; de Doutorado e Mestrado da PUC/SP (78) e do IMES/SP respectivamente. Dez anos após a instalação do primeiro Programa, cria-se o Doutorado na USP; em 1983 o Doutorado na UFRJ; em 1986 o Mestrado em Múltiplos da UNICAMP; em 1989 o Mestrado em Comunicação e Culturas Contemporâneas na UFBA. Os anos 90 são caracterizados pelo aparecimento de novos programas: basicamente, entre 94 e este ano, foram implantados o Doutorado na UFBA e os Mestrados da PUC/RS; na UNISINOS e na UFMG e da UFRGS. Assim, no período de 25 anos - 70/95, são criados cerca de 10 Programas de Pós-Graduação (10 Mestrados e 4 Doutorados).

Seguindo a tendência do sistema de pós-graduação no País, a quase totalidade dos programas está localizada nas regiões Sul e Sudeste. Quatro programas em São Paulo; um no Rio de Janeiro; um em Minas Gerais, três no Rio Grande do Sul; um em Brasília e um na Bahia. Deve também ser destacada a presença dos chamados "grupos emergentes", através de núcleos de pós-graduação *latu-sensu*, assim entendidos como primeiros

passos para a criação de futuros programas. É a situação, por exemplo, das Universidades Federais do Ceará, Alagoas, Paraíba; do Estado do Rio de Janeiro; Santa Maria/Rio Grande do Sul e, mais recentemente, a PUC de Minas Gerais. Tais universidades, ao lado de outras que não estão desenvolvendo no momento cursos de pós-graduação *strictu-sensu*, promovem, também, programas de treinamento dos seus professores, seja no País ou no Exterior, em termos de Mestrado e Doutorado.

É no interior dos programas de pós-graduação que a atividade da pesquisa desenvolve-se, mediante os seguintes mecanismos: a) as linhas de pesquisa dos respectivos programas; b) os núcleos de investigação constituídos a partir da ação individual e/ou coletiva dos docentes / pesquisadores.

A demanda do sistema universitário às agências, se visualiza pelo atendimento de um conjunto de serviços que as agências estaduais e nacionais como a CAPES e o CNPq fomentam na forma de bolsas e outros auxílios. Particularmente, o CNPq oferece um "menu" bastante diversificado em termos de bolsas (pesquisas no País; bolsas de formação, etc.). No que diz respeito, por exemplo, às bolsas de pesquisa no País, segundo dados do CNPq de 1993, cerca de 68 pesquisadores da área de comunicação, com nível de doutorado, são bolsistas, recebendo financiamento e apoio de bolsistas tipo (AP, IC e AT) para desenvolverem seus projetos durante, em média, de dois a três anos. Deste total, 61 estão efetivamente envolvidos com a coordenação e a realização de pesquisas, sendo que 26 pertencem às universidades federais; 26 às universidades estaduais e 9 às instituições privadas e confessionais. Pode-se daí tirar uma rápida conclusão: os recursos humanos que são apoiados por instituições públicas voltadas para pesquisa, estão engajados em universidades, majoritariamente de natureza pública. Possivelmente, isso tem a ver com o fato de que as universidades públicas se dedicaram com mais afinco e continuidade a processos de formação dos seus professores, o que parece apenas começar por parte das

universidades privadas. Sabemos das dificuldades que os planos de capacitação docente encontram para ser viabilizados por parte de instituições particulares de ensino.

Se tomarmos os dados referentes às bolsas de formação de alunos no País e as unidades administrativas onde elas são realizadas, teremos que, de um total de 295 bolsas do sistema CNPq, 153 referem-se a alunos matriculados em escolas federais; 80 em universidades estaduais; 62 em instituições confessionais. Se agregarmos a este total mais 31 bolsas de estudantes que se encontram no exterior, e mais os 68 bolsistas que já se encontram no sistema, teremos um total de quase 400 pessoas sendo formadas e/ou em formação ou executando atividade da pesquisa na área da comunicação.

Acompanhando a tendência de localização dos programas no eixo do Sudeste, observa-se que de um total de 295 bolsas de formação no País (IC, APA, APB, GM, GD, PD) a maior parte se concentra no Sudeste (224 bolsas), seguindo-se o Centro-Oeste (33 bolsas), o Nordeste (28 bolsas) e, finalmente, a região Sul com 10 bolsas. Isso pode ser explicado, conforme já foi sublinhado pela localização dos cursos, mas também pela inserção geográfica e acadêmica dos pesquisadores que, enquanto coordenadores de pesquisas, têm autonomia para constituir suas respectivas equipes de trabalho. No caso particularmente do Sul, esta realidade se agrava, quando observamos, por exemplo, a configuração das bolsas de pesquisas no País. Observa-se sobre um total de 68 bolsas, que 51 estão fomentadas na região Sudeste; 9 no Centro-Oeste; 7 no Nordeste, e apenas 1 bolsa na região Sul. Aparentemente, estes dados estão em contradição com os novos cenários da pós-graduação no Sul do Brasil (o caso do RS), que ao implantar 3 programas de pós-graduação está assinalando que os doutores estão envolvidos nas atividades de escolaridade, mas no entanto, não se encontram engajados ou vinculados em atividades de pesquisa.

Os números permitem dizer que tanto a oferta como a demanda de recursos para a

pesquisa estão inseridas, predominantemente, na esfera pública.

Não obstante dificuldades e algumas distorções, é através do veio da pós-graduação que o campo da comunicação vai construindo, predominantemente, atividade e estilo próprios de pesquisa. De um lado, reenfatiza-se, um conjunto de atores externos (Ministérios, agências institucionais de apoio à pesquisa e ao treinamento de recursos humanos). De outro, os mecanismos específicos dos próprios cursos de pós-graduação, através das suas estratégias da pesquisa, via áreas de concentração; linhas de pesquisa; produção de teses; consultorias; etc.

Observa-se que já nas áreas de concentração, diferentes problemáticas – das mais específicas às mais gerais – são convertidas em pesquisas, se entendermos que as áreas são espécies de indicações que condensam ou retratam as intenções dos cursos, em termos de desenvolvimento sistemático da investigação. Temos, assim, um aprofundamento temático e pontual das linguagens e das profissões, um leque de áreas voltadas para questões teóricas, direcionadas para articulações de campos aplicados: comunicação e cultura; comunicação e tecnologias; comunicação e imagem, etc. Temos também áreas que indicam as especificidades dos seus chamados “núcleos duros”, como retratam, de certa forma, os programas que tomam a semiótica como eixo e projeto de investigação. Também a tematização de “questões aplicadas”, etc. Portanto, já no âmbito das áreas delineiam-se problemáticas de pesquisa que tanto recobrem níveis de linguagens aplicadas como a especificidade das teorias, passando-se por domínios que tentam articular o continente da comunicação com outras interfaces.

Tais elementos podem ser também observados quando nos deparamos, por exemplo, com as chamadas “linhas de pesquisa”.

As linhas de pesquisas dos programas são espaços e dispositivos através dos quais a produção científica de cada programa se converte numa atividade metódica e continuada, refletindo o estágio de amadurecimento, o processo de criatividade e os níveis de conso-

lidação das diferentes experiências.

Como primeira característica das linhas de pesquisa se pode dizer que elas são múltiplas e diversificadas, mas, outros casos, muito específicas, face à característica dos seus núcleos responsáveis pela administração acadêmica dos programas (docência e pesquisa propriamente ditas). Existe um total de 85 linhas nos programas que nos permitem comentar:

a) Há uma fragmentação do campo da comunicação numa heterogeneidade de problemas, questões e temas.

b) Temos a eleição de um conjunto temático de referências que fazem emergir, necessariamente, a questão da transdisciplinaridade como um desafio e, ao mesmo tempo, como uma variável essencial na eleição de procedimentos que vão nortear o desenvolvimento da pesquisa.

c) Também, a verticalização de interesses por temas mais abrangentes que, de uma forma ou de outra, se situariam nas fronteiras teóricas da área.

d) Há uma excessiva tematização de certas questões de maneira que não ficam claras as fronteiras e delimitações existentes entre elas.

e) Finalmente, reconhecimento de uma massa de questões a serem trabalhadas sistematicamente no conjunto de atividades dos cursos, cujos desembocadouros se constituem, naturalmente, as teses e dissertações.

Os dados gerais sobre os programas resultam de avaliações da CAPES e/ou banco de dados específicos. Além da avaliação da CAPES, são desconhecidas avaliações de outra ordem para ensejar dados mais precisos sobre a compatibilidade existente entre as propostas contidas nos desenhos dos projetos e seu respectivo funcionamento. Não se sabe, ao certo, se a estruturação das linhas decorre de uma coerente vontade de programa ou das

características do corpo docente, que assim impõem suas próprias linhas e interesses de trabalho.

Não fica clara a questão do ajuste entre processo de escolaridade e políticas de fomento de pesquisa dos programas, até que ponto as linhas de pesquisas são perseguidas única e exclusivamente via os instrumentos da escolaridade, sem passarem, necessariamente, por um conjunto de instâncias que, pelo menos, formalmente, estariam encarregadas de desenvolver as políticas de pós-graduação dos programas/cursos/departamentos, etc.

São conhecidos com muitas dificuldades os resultados de tentativas que apontam, claramente, para as possibilidades de integração da pesquisa como atividade de formação e de ensino. Ao mesmo tempo não fica claro se as pesquisas geralmente administradas por pesquisadores, a partir de recursos das agências, perpassam o ambiente do departamento/curso, cujo encaminhamento metodológico pudesse produzir efeitos viessem repercutir sobre certas rotinas, colocando problematizações sobre o estudo de determinadas questões. Em suma, há toda uma estrutura mais ou menos pronta para criar as condições potenciais visando a produção da pesquisa, mas pouco se conhece sobre os processos de executabilidade e, em consequência, seus efeitos.

Não obstante tais dificuldades, pode-se dizer que é também no âmbito das instituições científicas que os pesquisadores – individualmente, ou em grupo – encontram possibilidades em desenvolver mecanismos para a produção e viabilidade da pesquisa. Esta não é uma prática antiga, mas é contemporânea dos diversos agrupamentos associativos e científicos em torno dos quais os pesquisadores se engajam. Reconhecemos, assim, que é também nas instituições que se criam espaços de articulações e de geração de condições para que o trabalho da pesquisa se desenvolva. Tais coletivos impõem disciplinas e pressupostos que apontam, sempre como última questão, uma espécie de prestação de contas por parte do pesquisador sobre aquilo

que ele está estudando. Normalmente, isso se efetiva mediante os diferentes estilos e natureza das instituições, enquanto novas “redes de trabalho”.

O exemplo das instituições serve bem para reforçar a idéia de que se torna cada vez mais essencial que constituamos redes e parcerias para fomentarmos nossas atividades. É no âmbito destes coletivos que será possível criar as condições políticas, técnicas e financeiras que favoreceram o avanço da pesquisa no campo da comunicação. Se cada instituição depende de sua identidade para se constituir enquanto tal, precisa também, e num futuro bem próximo, de estabelecer mecanismos que explorem e efetivem diálogos multi-institucionais, visando-se a idéia de fortalecimento do campo.

Como está a produção da pesquisa? Quais são os formatos e produtos?

É no universo das teses e das dissertações, hoje em número superior a mil títulos, que se pode ter uma noção de conteúdo sobre as diferentes explorações de temas e problemas que, normalmente, são transformados em objeto da pesquisa.

Tomando-se como referência diversos dados dos diferentes programas, veremos uma imensa diversidade temática que marca os caminhos da pesquisa. Num exercício de produzir um agrupamento dentro de um vasto grupo, temos que as pesquisas se enfeixam nos seguintes núcleos: Cultura; Teoria; Períodos Históricos; Comunicação; Imprensa; Imagem (cinema, fotografia, comunicação visual, televisão); Editoração; Discursos; Publicidade; Poder; Autores; Relações Públicas; Linguagens em Experimentações; dentre outros.

Estas considerações que se referem ao desenvolvimento da pesquisa no âmbito dos programas são, de certa forma, também constituídas no sistema de projetos fomentados pelo CNPq e pela avaliação da CAPES. Segundo levantamento de natureza temática, vimos que há uma prevalência dos estudos teóricos sobre linguagens, seguidas dos temas sobre Comunicação e Estudos Culturais; Comunicação e Política; na seqüência Estudos de Discursos; Jornalismo Especial; Lin-

guagens e Experimentações, etc. Vale lembrar a emergência significativa de pesquisas voltadas sobre Imagem (fotografia, cinema, televisão); Políticas de Comunicação; Novas Tecnologias, etc.

De certa forma, os temas das pesquisas refletem, numa maior ou menor dimensão, as linhas de pesquisas do programa, muitas vezes sintonizadas com problemáticas mais “duras”, ou, em outros casos, com questões emergentes para o próprio campo da comunicação. Há ênfase aos estudos específicos das próprias práticas, linguagens e problemáticas internas do campo, mas também ressalta-se a importância que têm alguns temas como esforços de articulação teórica e metodológica entre diferentes áreas do conhecimento. Neste caso particular, destacam-se notadamente os esforços de aproximação entre as chamadas ciências das linguagens com outros recortes dos saberes típicos das chamadas Ciências Humanas e Sociais. Por fim, vale lembrar também o esforço de verticalização de certos problemas específicos da área, notadamente, os novos desafios das chamadas teorias específicas, como por exemplo, a das imagens. A construção destas teses passa por metodologias bastante singulares, especialmente aquelas que recorrem a protocolos de interdisciplinaridades. Vemos com muito otimismo o fato de que os novos problemas/temas do campo da comunicação estão a impor aos programas de pós-graduação a necessidade de se defrontar com novos procedimentos de formação metodológica, algo que vem sendo atendido, por exemplo, pela abertura dos cursos para projetos de natureza interdisciplinar.

5 Um breve balanço conclusivo

São positivos, grosso modo, os resultados das iniciativas institucionais universitárias voltadas para o fomento à pesquisa no que pesem as dificuldades e distorções. Além dos indicadores já apontados, tomando como referência os dados do CNPq, vale avançar

em alguns outros e que são extraídos dos relatórios que a CAPES faz, em termos de avaliação dos atuais programas de pós-graduação em comunicação.

1) Fica caracterizado que os programas são “nichos de pesquisa”, na medida em que estão voltados para processos de formação de recursos humanos, desenvolvendo sob várias formas, expedientes de investigação.

2) O fomento da pesquisa desemboca, de certa forma, na produção editorial propriamente dita, na medida em que somente em 1993 mais de 500 registros foram produzidos na área, na forma de livros; capítulos de livros; capítulos em co-autoria; artigos em periódicos nacionais e internacionais.

3) Há uma possibilidade clara de converter os programas em laboratórios de “prestação de serviços”, transformando-os em núcleos de pesquisa aplicada, o que se manifesta por um embrião de um conjunto de atividades assim definidas, sob as mais variadas naturezas de cooperação com outras instituições, daí se gerando inclusive teses e dissertações.

4) As pesquisas são visibilizadas na forma editorial. Mas são processos ainda restritos, se considerarmos o grau de alcance de publicações. Mesmo entre os pares, o processo de divulgação é precário se levarmos em conta que a maioria dos programas e dos seus pesquisadores tem uma participação muito tímida em eventos nacionais e internacionais. Isso deve resultar de um conjunto de fatores, como por exemplo, de disponibilidade de recursos e de outros incentivos.

5) Há pequena cooperação e fomento a programas que envolvem interações com outros pesquisadores internacionais, o que prejudica o intercâmbio acadêmico nos dois sentidos. Ressente-se de desenhos de investigação mais estáveis envolvendo o âmbito da multi-universidade, embora reconheçamos o incentivo já apoiado pela modalidade de

Auxílio Integrado, no País via CNPq, e outros incentivos internacionais como o Projeto ALFA. Ao mesmo tempo, precisamos instituir protocolos de projetos com empresas privadas onde novas problemáticas de estratégias de comunicação não só emergem, como devem ser pesquisadas.

6) A excessiva estrutura escolar dos atuais programas, tornando a pesquisa uma atividade complementar. Poucos são os programas que têm efetivamente uma estrutura de trabalho claramente voltada para o incentivo à pesquisa.

7) Ausência de programas institucionais de visibilidade dos resultados das pesquisas, ainda que isso tenha sido atenuado pelo papel das entidades científicas, via tarefa de produção e disseminação editorial.

8) Os anos 90, especialmente de 93 para cá, indicam que a produção científica sofre uma melhoria considerável resultando da conjugação de alguns esforços já apontados, visando dar uma nova feição à pesquisa no campo da comunicação.

6 Recomendações:

a) As instituições científicas e os programas deveriam instituir projetos de pesquisas inter-institucionais ou inter-programas visando produzir novas interações; constituir redes; e avaliar resultados de metodologias.

b) Novos protocolos de cooperação devem ser instituídos entre universidade e o sistema produtivo, visando beneficiar as condições de produção da pesquisa acadêmica e, mesmo para fins de mercado, daí gerando-se retornos necessários aos fomentos de novas pesquisas.

c) Transformação da pós-graduação das universidades em espaços explícitos de pesquisa, gerando-se com isso modificações estratégicas nos desenhos da escolaridade dos

programas.

d) Estabelecimento de programas de cooperação com setores empresariais que estimulem políticas de pesquisas e de consultorias.

e) Estabelecimento de alguns programas nacionais e internacionais, com desenhos mais duráveis, envolvendo diferentes instituições universitárias e, também, outros tipos de instituições que se dedicam ao funcionamento e execução de pesquisas •

Nota

O presente artigo foi escrito em 1995, tendo como referências alguns indicadores e dados que, certamente, podem estar ultrapassados em algumas situações exemplificadas. Sendo um texto de "data marcada", pedimos desculpas por eventuais distorções. Contamos com a compreensão e colaboração do leitor no sentido de efetuar ele mesmo a atualização de alguns dados.